



# Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Trajano Bastos (42), achando-se ausentes os Senhores Deputados Rosário Pitelli, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Enéas Faria, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão do dia 7/05/78.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la declaro-a aprovada.

A Presidência solicita ao Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura da ata da sessão do dia 8/05/78, que não foi instalada por falta de "quorum".

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão do dia 8/05/78.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob o n.º 04/78, do Senhor Jorge Amin Maia Filho, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, comunicando que foi aprovado o requerimento de autoria do Vereador José Antônio Curtiss, no sentido de que encaminhasse ofício a esta Casa, para o setor de Taquigrafia, apresentando os votos de congratulações daquela Câmara, pela comemoração em data de 03 de maio, do dia do Taquígrafo. —Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 02/387/78, do Senhor José Claudino da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, no qual encaminha a esta Casa, cópia autêntica do requerimento n.º 297/78, de autoria do nobre Vereador Levy Tedeschi e outros, no qual solicita apoio à classe dos motoristas de táxi, sobre a não incidência da Taxa Rodoviária Única sobre os

proprietários de táxi. — Ao conhecimento da Casa.  
REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 06 do corrente, do ex-Servidor desta Casa, DR. RUBENS PADILHA MENDES.

Tal passamento vem de consternar não apenas o quadro de funcionários deste Poder Legislativo, mas também, o funcionalismo público estadual, tendo em vista a liderança exercida pelo mesmo em prol da sua classe.

O extinto exerceu, entre outros cargos, o de Diretor do Gabinete de Assistência Técnica desta Assembléia, Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado — CABENFALE e Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Associação dos Servidores Públicos do Paraná — ASPP — e Membro efetivo da Associação dos Servidores de Assembléias Legislativas do Brasil.

Chefe de família exemplar e Advogado conceituado, o seu desaparecimento deixa lacuna irreparável em nosso meio social.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada e às entidades das quais participava.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima e Jurandir Messias.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Dr. RUBENS PADILHA MENDES, funcionário do Gabinete de Assistência Técnica — GAT —, desta Casa de Leis, ocorrido na madrugada de sábado último.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à Direção da CABENFALE, da Associação dos Servidores Públicos e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

## JUSTIFICATIVA:

A morte, traiçoeiramente, ceifou a vida de um dos mais leais e denodados servidores desta Casa de Leis, Dr. RUBENS PADILHA MENDES, cuja dedicação e exemplar zelo, foram apanágios de toda a sua existência.

Tanto na Direção da Cabenfales, como na Presidência do Conselho dessa mesma entidade que congrega em seu seio os servidores do Poder Legislativo, como integrante e atual Presidente do Conselho da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, ele sempre revelou seu espírito humanitário, sua dedicação ao próximo, sua vontade imensa de servir. Perde, assim, o Poder Legislativo e essas duas entidades de classe, acima referidas, um grande companheiro, um leal servidor e um destacado amigo, razão pela qual, se justifica plenamente o voto de profundo pesar que ora apresentamos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 05 do corrente mês, na cidade de Castro, do Sr. José Nery Carneiro de Nápoli.

Membro de tradicional família castrense, destacado comerciante naquela cidade, o pranteado cidadão era ainda membro da Câmara de Vereadores e figura das mais destacadas da política local.

Vítima de lamentável acidente, José Nery Carneiro de Melo — ainda moço — desaparece do convívio de seus amigos, deixando aberta uma grande lacuna e uma profunda tristeza em tantos quantos o conheceram.

São estas algumas das razões que justificam a homenagem póstuma que ora estamos a propor.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Dr. RUBENS PADILHA MENDES, ocorrido sábado passado, em nossa Capital.

O Dr. Rubens Padilha Mendes, era funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, onde ocupava o cargo de Consultor Legislativo, tendo prestado inestimáveis serviços a este Poder.

Destacou-se, também, como líder dos servidores públicos, fazendo parte, em diversas oportunidades, da direção da ASPP, e CABENFALE.

Atualmente, presidia o Conselho Deliberativo e Fiscal da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Requer-se, outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada, à Associação dos Servidores Públicos do Paraná e à CABENFALE.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) Accioly Neto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DE SOUZA PEDROSA JÚNIOR, ocorrido em data de ontem, na cidade de Paranaguá.

O extinto era membro de tradicional família de Morretes, cidade em que nasceu e deverá ser sepultado.

Radicou-se em Paranaguá há mais de quarenta anos, onde exerceu diversas atividades no comércio, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade paranguara e morretense, cidades onde tomou-se credor da estima e admiração de todos os que o conheceram, dadas as suas qualidades de caráter íntegro e chefe de família exemplar.

Deixa viúva a Sra. Heleudete Grecca Pedrosa.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência do mesmo, à família enlutada, para o seguinte endereço: rua Comendador Correia Jr. 386 — Paranaguá.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) Nelson Buffara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições e na forma regimental, requer o registro, na ata dos presentes trabalhos, da manifestação do profundo e sentido pesar desta Assembléia, pelo prematuro desaparecimento de um dos seus mais antigos e ilustres servidores, o Dr. Rubens Padilha Mendes, ocorrido na última sexta-feira, nesta Capital.

O Dr. Rubens Padilha Mendes era Consultor Legislativo e integrava o Gabinete de Assistência Técnica, tendo sido seu Diretor durante a gestão da Comissão Executiva anterior; foi Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia — CABENFALE; Presidente da ASSEMAR; membro do Conselho da Associação dos Servidores Públicos do Estado, além de Advogado brilhante, tendo deixado em todos os postos que exerceu, a marca indelével e inconfundível da sua inteligência, do seu trabalho e do seu espírito profundamente humano, dotes que o tornavam grandemente admirado e estimado por todos quantos privavam da sua amizade.

O seu falecimento não só vem de enlutar a sua Excelentíssima Família, que chora a perda do seu chefe querido, como também, é causa de profunda consternação para os seus amigos, colegas do Quadro de Funcionários e, mais intimamente, do Gabinete de Assistência Técnica que tinha na sua pessoa um dos seus destacados componentes.

Requer, outrossim, que dê-se conhecimento da manifestação da Casa à família enlutada, transmitindo-se-lhe o teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 08 do corrente, nesta Capital, do Dr. BRASÍLIO VICENTE DE CASTRO.

Pessoa da mais alta consideração nos meios universitários e sociais de nossa Sociedade, Chefe de Família exemplar, Médico humanitário e Professor eminente das Faculdades de Medicina Federal e Católica do Estado, o seu passamento vem de causar lacuna irreparável.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) Fuad Nacli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, os Deputados que o presente subscrevem, requerem após ouvido o Plenário, a remessa de expediente aos familiares do menor CLÁUDIO PEDRO ROSA, consubstanciado em VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do mesmo, ocorrido tragicamente no dia de ontem, na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(aa) Valter Pietrângelo e Osvaldo Macedo.

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a região noroestina está pranteando com dor e saudade o desaparecimento de um garoto alegre, estudioso, trabalhador e bom: CLÁUDIO PEDRO ROSA. Morreu esmagado

sob as rodas de um caminhão basculante carregado de pedras, quando manejava as ferramentas da oficina em que trabalhava, para reparar um defeito mecânico.

CLÁUDIO PEDRO ROSA, passou para o lado eterno deixando uma família muito querida em toda a região. Uma família estimada, respeitada e exemplar pela nobreza de caráter dos seus pais e de todos os seus sete irmãos, principalmente o JOSÉ DOS PRAZERES PEDRO, companheiro e amigo, correligionário consciente e presidente do Diretório Municipal do MDB local.

CLÁUDIO PEDRO ROSA tinha apenas 14 anos de idade. Nasceu lá mesmo em Santa Cruz do Monte Castelo, cidade que seus pais adotaram como "A Terra Prometida", o sagrado lar encontrado em 1952, graças ao trabalho indescritível do pioneirismo dignificante de ALFIM PEDRO e MARIA DOS PRAZERES, seus pais.

CLÁUDIO PEDRO ROSA morreu fisicamente, mas sobrevive saudável e forte eternamente. Continuará espiritualmente vivo perenemente nos corações de todos que tiveram a alegria do seu convívio, reverenciando os Seus.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, expõe, e por fim REQUER, após ouvido o Plenário o que segue:

No dia 08 de maio de 1945, termina a Segunda Guerra Mundial, que ensanguentou o mundo durante oito anos, provocada pelas ditaduras nazistas de Hitler na Alemanha, e fascistas de Mussolini na Itália, formando o "eixo Roma-Berlim".

Contra essas ditaduras, que já haviam conseguido dominar metade da Europa, uniram-se Inglaterra, Rússia e Estados Unidos, formando os "três grandes", aos quais se juntaram quase todos os países do mundo.

O Brasil também participou, enviando à Europa a Força Expedicionária Brasileira, que se portou com muita bravura e heroísmo.

No Paraná, a Casa do Expedicionário representa, através de seus integrantes, a participação dos paranaenses naquele episódio.

É o presente para solicitar um voto, renovado, de louvor a todos os seus membros, como demonstração de que o povo do Paraná não esquece daqueles que lutaram pela democracia e liberdade.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Gabriel Sampaio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, é no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados votos de louvor à ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB, e, ao CONSELHO DA OAB - SEÇÃO DO PARANÁ, pela realização, nesta Capital, da VII CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB do Brasil.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a Ordem dos Advogados do Brasil um órgão de representação da classe jurídica neste País, e tendo-se em vista a importância da realização da VII Conferência Nacional, e, que ora se realiza nesta Capital, não poderíamos deixar passar sem que esta Casa de Leis fizesse o seu registro, principalmente porque estarão visitando Curitiba para participar desta confe-

rência os maiores nomes que integram o meio jurista e nosso País. A importância do presente conclave, pudemos ver no artigo publicado na edição do jornal "Gazeta do Povo", do último dia quatro do corrente mês e do qual anexamos um xerox, traz uma relação de todas as personalidades com os referidos temas que os mesmos deverão abordar, e que são de suma importância tanto para os atuais advogados que militam na justiça, mas, mais ainda para os acadêmicos que serão os nossos futuros advogados, e também para todos aqueles que gotam de estar sempre bem informados dos problemas judiciais do Brasil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações à Diretoria do Hospital Paranaguá, na pessoa do seu Presidente e principal idealizador, Doutor Carlos Eduardo Lobo, que juntamente com uma plêiade de profissionais, inaugurou aquele estabelecimento médico naquela cidade litorânea, marcando mais uma conquista em sua rota de progresso e desenvolvimento.

Com uma população crescente e na condição de sede de microrregião do litoral, Paranaguá se ressentia de um atendimento hospitalar mais compatível com seu atual estágio de crescimento rumo ao marco dos cem mil habitantes, muito embora a secular Irmandade da Santa Casa de Misericórdia venha prestando relevantes serviços à comunidade.

Constituída sob a fórmula acionária, este estabelecimento foi o primeiro de nosso Estado, na área da iniciativa privada, a obter financiamento junto ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, órgão criado pelo Governo Federal e cujos recursos são geridos pela Caixa Econômica.

Possuirá, a partir de hoje, uma capacidade inicial de noventa e seis leitos, contando com duas suítes, onze apartamentos simples, nove quartos com banheiros privativos e vinte e duas enfermarias, com dois leitos cada uma, além do centro cirúrgico dos mais modernos, unidade de tratamento intensivo, berçário, enfermaria de pediatria, isolamento, centro de raio-X, laboratório, farmácia e banco de sangue.

Por se constituir em empreendimento da mais alta importância para Paranaguá é que peço o seu registro nos Anais, bem como requeiro a comunicação da decisão do Plenário, à direção do Hospital Paranaguá.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Nelson Buffara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao E.C. Pinheiros, na pessoa de seu Presidente, Dr. FÁBIO PINHEIROS e ao Dr. JOSÉ MARIA PIZARO, pelo surgimento do "Pinheiros Jornal", órgão especializado que complementa e engrandece o setor de esportes da imprensa do Paraná.

Requer ainda, que da decisão da Casa façam-se respectivas comunicações.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo à Ordem dos Advogados do Brasil, pela realização, em Curitiba, da VII Conferência Nacional da O.A.B.

Sob o tema a "Volta do Estado de Direito e a Redemocratização do País", mais de dois mil advogados iniciaram, hoje, o desate de importantes teses elaboradas pelos mais expressivos nomes jurídicos da Nação, enfocando esta matéria do mais alto interesse do País.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Excelentíssimos Senhores Doutor Raymundo Faoro, Presidente da O.A.B. e Eduardo Rocha Virmond, Presidente da O.A.B., Seção do PR., cumprimentando-os pela magnífica iniciativa.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Maurício Fruet.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado e ao PROFESSOR FRANCISCO BORSARI NETTO, Secretário da Educação e da Cultura, conforme o exposto abaixo:

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de ampliar a ESCOLA MANOEL RIBAS – ENSINO DO 1.º GRAU do Município de Mariluz, com a construção de mais 6 (seis) salas de aula, e duas dependências para abrigar uma cozinha e uma despensa, tendo em vista o crescente número de matrículas no presente ano letivo, que só na primeira série atingiu o número de 128 (cento e vinte e oito) alunos, o que conseqüentemente aumentará o número de alunos das outras séries dos próximos anos.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo o Município de Mariluz um Município essencialmente agrícola, com a maioria de seus habitantes que residem no perímetro urbano trabalharem no meio rural, e serem de baixo poder aquisitivo e sem condições de matricularem seus filhos em escolas particulares, o número de alunos matriculados na primeira série do primeiro grau, atingiu no corrente ano, um número baste elevado, conforme se pode verificar na relação que estamos anexando junto a este requerimento, e que nos mostra exatamente a gravidade da situação, tendo em vista que a referida escola está funcionando em três períodos letivos.

A construção destas dependências viria resolver não somente o problema da escola, mas também levaria ao Município de Mariluz e à toda sua população, numa demonstração de reconhecimento a todos aqueles que lutam pelo desenvolvimento deste Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor RENATO ANTÔNIO JOHNSON, DD. Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações – TELEPAR, reiterando solicitação no sentido de que seja instalada rede telefônica nos Distritos de GUAPORÉ e DIAMANTE, no Município de GUARANIAÇU.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Situados no progressista Município de Guaraniaçu, os distritos de Guaporé e Diamante vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos, merecendo inicialmente um posto telefônico, em face do surpreendente crescimento demográfico e da expansão do seu comércio e indústria, além da agricultura e pecuária.

Considerando-se que o Município sede já conta com rede telefônica, não haverá grandes problemas para que se proceda à expansão da mesma aos distritos de Guaporé e Diamante, propiciando assim a essas localidades enorme benefício no âmbito da comunicação e evitando que a falta desse meio venha a lhes tolher o expressivo desenvolvimento.

O Distrito de Campo Bonito já foi contemplado com a instalação de um P.S., mesmo estando bem mais próximo à sede, e, além das razões já expendidas, há esta de indeclinável relevância.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de duas salas de aula na Colônia Rodrigues, situada no km 13,5 da Estrada do Cerne, em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) ALFREDO GULIN.

#### JUSTIFICATIVA:

A Colônia Rodrigues vem crescendo em grande escala nos últimos tempos. Seu crescimento demográfico tem sido acentuado, e o número de crianças em idade escolar atinge índices que reclamam a urgente instalação de duas salas de aula.

A juventude de hoje é nosso único investimento no amanhã. Resguardemos esse investimento e o pretejamos, proporcionando-lhes condições de aprimorar sua educação e cultura, para que ele possa proporcionar altos dividendos nas boas coisas da vida.

É essa a política do nosso atual governo, e estamos certos que os frutos serão colhidos no tempo certo, por isso, solicitamos que os Ilustres Pares apoiem a presente reivindicação, dando-lhe a sua aprovação.

#### REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 01/75, de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 73 do Regimento Interno, que estabelece horário para as sessões plenárias, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, sem pareceres.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.978.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando de S. Sa., se digne determinar os estudos necessários visando a instalação de telefone público na Vila Zaniolo, Município de São José dos Pinhais.

Residem na referida Vila, centenas de trabalhadores que necessitam com urgência deste benefício, tendo em vista, principalmente, a longa distância dali até o posto de telefone mais próximo.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, retificação na ata dos trabalhos desta Assembléia do dia 25 de novembro de 1977.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) IVAN RUPPEL

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo esse Deputado no dia supra referido estado acamado e impossibilitado de estar presente nos trabalhos desta Casa, teve por engano marcada a sua presença.

No entanto, como justifica pelo presente atestado médico (em anexo), nesse dia o requerente permaneceu em absoluto repouso em sua residência.

Portanto requer, seja retificada a ata do dia referido no sentido de que seja consignada a sua ausência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando o acesso asfáltico da PR-180 (Francisco Beltrão-Foz do Chopim-BR-373) à cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

O acesso reivindicado beneficiará não só a população de Dois Vizinhos, mas também os usuários que se utilizando da estrada Chopinzinho-Dois Vizinhos, demandarem a Foz do Chopim-Queadas do Iguaçu-BR-373.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, invocando os artigos 92 a 96 e escorado no artigo 24, vem requerer se digne Vossa Excelência, determinar o cumprimento regimental, tendo em vista a decisão adotada pela Casa em 29/3/78, ao aprovar a Convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, atendendo requerimento do ilustre Deputado Enéas Faria.

O pedido é formulado tendo em vista que a procrastinação da convocação, está a esvaziar, o próprio objetivo da referida convocação.

Diante do exposto, requer a fixação da data de 11 de maio corrente, quinta-feira próxima, para realização da audiência, determinando-se ao 1.º Secretário, a expedição do competente ofício convocatório, conforme expressa determi-

nação regimental do artigo 92, § 2.º.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor JAYME CANET JÚNIOR, M.D. Governador do Estado do Paraná, solicitando gestões junto às autoridades financeiras do Governo Federal, no sentido de que sejam sustadas as cobranças das Notas Promissórias Rurais pela rede bancária, bem como, de que os Bancos possam se habilitar diretamente nas concordatas requeridas.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

1. Como é do conhecimento do Paraná, as concordatas solicitadas por frigoríficos, levou ao interior um clima de incerteza;

2. As providências determinadas pelo Poder Público, para a Rede Bancária Oficial, não têm sido cumpridas à risca;

3. Agências têm usado o pedido de novos financiamentos agrícolas como meio de pressão para que o produtor salde as notas promissórias rurais de que é emitente;

4. A Rede Bancária particular está emitindo avisos com ameaças de cobrança judicial;

5. Transparece a injustiça que se comete contra o produtor, que além de entregar o seu produto, agora tem que arcar com a devolução do capital acrescido de juros e outras despesas.

#### PROJETOS DE LEI Nº 52/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a denominar "PROFESSORA MARIA CINTRA DE ALCÂNTARA", o Grupo Escolar de Tamarana, localizado no distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

Nascida na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, em 08 de outubro de 1903, e falecida no Distrito de Tamarana, Município de Londrina em 31 de maio de 1977, onde exerceu o magistério desde 1948, quando foi nomeada pelo Decreto n.º 55, da Prefeitura Municipal de Londrina, em 12 de abril de 1948, e aposentada pelo Decreto n.º 03/66, de 24 de janeiro de 1966, por motivos de saúde.

Pertencente a uma família tradicional e pioneira naquele distrito, que além de terem desbravado aquela região, foi ela também uma das primeiras professoras a enfrentar os rigores do frio e do inverno, lecionando numa escola feita de lascas de coqueiro e coberta de sapé, até que se pudesse abrir as estradas que iria levar um pouco do conforto das grandes cidades, para os moradores daquela região, que só se locomoviam em cima de lombos de animais, e transportavam suas mercadorias através de carroças, por meios de carregadores.

Junto anexamos uma cópia em xerox da ficha pessoal da professora em referência, extraída dos arquivos da Prefeitura Municipal de Londrina, bem como do título de nomeação, e certidão de casamento. Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI Nº 53/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel situado naquele município, medindo 80,00 mts. (oitenta metros) de frente para a rua Julieta Veiga Queiroz, 147,00 mts (cento e quarenta e sete metros) de fundos com a rua Joaquim Guerreiro, 130,05 mts (cento e trinta metros e cinco centímetros) do lado direito, onde divide com propriedade de Odilon Laureano Leme e sua mulher, e do lado esquerdo mede 16,00 (dezesseis metros) para a Avenida Dr. Getúlio Vargas, perfazendo uma área total de 10.000 mts<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), contendo transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul, em 01.09.1960, sob o nº 3349, fls. 270, do Livro 3-E.

Art. 2º — O imóvel em referência será destinado à construção de um Estádio Municipal.

Art. 3º — O donatário não poderá alterar a destinação do imóvel.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

## JUSTIFICATIVA:

O esporte tem um valor por demais preponderante no progresso de uma nação.

Representa sólido alicerce na formação de sua gente.

Nada mais justo que os governos dêem uma atenção especial a esta sadia atividade, especialmente no setor amadorista.

O único local apropriado para a prática do esporte, em geral, é um Estádio, pela possibilidade de desenvolvimento de um número ilimitado de atividades.

A ele converge a atenção do povo para a prática e assistência das atividades esportivas, e, em datas cívicas, promove a concentração de grande massa popular para homenagear pessoas ilustres e acontecimentos históricos.

Os estudantes, de todos os níveis, encontrarão naquele local, necessários momentos de lazer.

Assim, a doação ora proposta, é devesa importante para a população de Piraí do Sul, razão porque esperamos ver a matéria aprovada com o consenso de todos os nossos ilustres Pares.

# PROJETO DE LEI Nº 54/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: começa na foz do Rio Belo no Rio Ivaí, segue por este, confrontando com o Município de Reserva, até a foz do Rio Pedrinho ou Bonito, por este acima confrontando com o Município de Pitanga, até a nascente de um dos seus principais afluentes o denominado Mamota e deste ponto segue confrontando com o Distrito de Palmeirinha pelo divisor de águas Piquiri-Ivaí, a encontrar a linha divisória do imóvel denominado "Baú", e por esta até o Rio Piquiri e por este até a sua principal nascente e desta pelo divisor de águas dos rios Piquiri-Ivaí, a encontrar a cabeceira do ribeirão do Álvaro, e por este a sua foz no ribeirão Campina Bonita, e deste local por uma linha reta a cabeceira do Arroio Fundo - confrontando aqui com o Distrito de Palmeirinha e pelo dito arroio até encontrar a linha divisória do terreno dos índios, e por este,

confrontando com o Município de Prudentópolis, a sua foz no rio São Francisco, de cuja junção é formado o rio Belo, é por este até sua foz do rio Ivaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava tem alcançado grande progresso, mercê da operosidade dos coestaduanos que vivem no seu vasto território, notadamente em regiões interioranas. Dentre estas, cabe ressaltar o distrito judiciário de Turvo, onde uma população de quase nove mil pessoas tem contribuído para o engrandecimento de Guarapuava e do Paraná.

Além de ativa agricultura e bom rebanho, a economia local é desenvolvida por diversas casas de comércio.

Outrossim, dentre o elevado número de edificações, muito superior a cinquenta na sede, encontram-se estabelecimentos de ensino, de assistência social e médica, de culto, etc.

Assim, verificado o atendimento às exigências essenciais, se afigura conveniente a criação do distrito administrativo com as mesmas divisas do distrito judiciário. Isto permitirá melhor racionalização da administração pública de modo a proporcionar maior eficiência no atendimento das necessidades do povo.

Para tanto, esperamos contar com os nobres Pares na aprovação do plano de lei que ora propomos.

# PROJETO DE LEI Nº 55/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — O artigo 142, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único — O funcionário que contar com 50 anos ou mais, de serviço público, terá incorporado aos proventos os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo à data da aposentadoria, ou os de maior valor que tenha percebido anteriormente."

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes da Lei nº 6762, de 23 de dezembro de 1975.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(a) PAULO CAMARGO

## JUSTIFICATIVA:

Procurou a Lei nº 6762, de 23 de dezembro de 1975, contemplar o servidor público que tiver 50 anos ou mais, de serviço, com a incorporação aos proventos os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo à data da aposentadoria, ou os de maior valor que tenha percebido anteriormente. Todavia, referido benefício só será concedido, nos termos daquele diploma legal, nas aposentadorias por implemento de idade.

Pretende-se agora, corrigir a intenção do legislador, que é a de premiar ao servidor que com amor dedica toda sua vida à causa pública, sem contudo atingir a aposentadoria compulsória.

Nos termos atuais, a citada lei praticamente não beneficiará a nenhum funcionário, visto como dificilmente haverá que se enquadre nas suas exigências, ao passo que, com o abrandamento dos seus requisitos, ela poderá, embora com rara frequência, premiar os servidores que, depois de 50 anos de serviço, ainda permaneça na atividade.

# PROJETO DE LEI Nº 56/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Distrito de São Jorge - ACMA, com sede no Município de Altônia, neste Estado.



Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Como se depreende dos estatutos (cópia em anexo), a Associação dos Moradores e Amigos no Distrito de São Jorge tem objetivos dos mais louváveis.

Congregando as forças vivas da localidade, se propõe a promover a assistência aos seus Associados, na solução dos problemas comuns, bem como a promoção de atividades recreativas e sociais, sem qualquer finalidade lucrativa.

Estas relevantes atividades, desenvolvidas já alguns anos, tem resultado em benefícios notáveis à comunidade.

Para isso, importante tem sido a dedicação da operosa diretoria, formada por homens de raro idealismo.

Digna, portanto, de ser declarada de utilidade pública a modelar instituição, para o que propomos o presente plano de lei, esperando vê-lo aprovado pelos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, por ocasião da leitura da ata da sessão de ontem, que não chegou a ser aberta, o Sr. Secretário deixou de ler os nomes dos Deputados que se encontravam presentes e dos Deputados que se encontravam ausentes.

Por uma casualidade, chegando à Mesa, tomei conhecimento de que o meu nome não estava no rol dos Deputados presentes na mesma sessão, quando na realidade estive presente.

Invoco o testemunho do Presidente eventual, Deputado Erondy Silvério, que fez a chamada dos Deputados que se encontravam em Plenário. Respondi o “presente”. Na segunda leitura, inclusive, não chamou o nosso nome, certamente porque já tinha anotado a nossa presença; portanto, solicito que seja feita a retificação, a bem da verdade.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência está de mãos da ata n.º 42, da realizada ontem. Da sessão ordinária de ontem, verifica a Presidência um lapso, mas que não diz respeito ao nome de V. Ex.ª.

Verifico que o nome do Sr. Deputado Adalberto Daros não consta nem dentre os Deputados presentes e tampouco dentre os Deputados ausentes. Existindo portanto já o lapso na Ata, a Presidência vai determinar à sessão competente, que retorne a ata para o setor e faça-se a verificação com a lista de presença que está arquivada na Divisão de Ata, após o que, voltará possivelmente ainda no decorrer da sessão, com a satisfação que V. Ex.ª merece da Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, nem haveria necessidade de confirmar aqui as palavras do nobre Deputado Losso, porquanto S. Ex.ª, merecedor de todo apreço desta Casa, mas, a fim de que alguma dúvida seja dirimida, Sr. Presidente, eu declaro a V. Ex.ª que realmente estiveram presentes não só o Deputado Losso, como também o Deputado Daros. Que não consta nem como na relação dos presentes, bem como na relação dos ausentes.

Então era esta a informação que eu desejaria prestar à Mesa nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência devolve a Ata n.º 42 à sessão competente, para que faça as alterações devidas.

Observa a Presidência, inclusive, que o Deputado Fuad Nacli recebeu, em nome da Presidência, juntamente com o eminente Deputado Erondy Silvério, uma autoridade eclesástica no dia de ontem, coincidindo praticamente a sua saída, com a instalação da sessão extraordinária, em que o eminente Deputado Fuad Nacli acompanhou S. Ex.ª Reverendíssima, à saída do prédio. Com prejuízos portanto, na anotação de presenças.

A Presidência devolve a ata, pede que se façam as necessárias correções.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara (Pausa) Ausente o Sr. Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos do interior, e além do já tão falado assunto das secas, trazemos ao conhecimento desta Casa uma nova praga que está se abatendo sobre o Oeste e o Sudoeste do Paraná, e talvez sobre todo o interior do nosso Estado.

Há alguns meses atrás, a nossa imprensa, os nossos homens públicos, tiveram bastante assunto com célebres “notas promissórias rurais”.

Quando se falou em nota promissória rural nesta Casa, e pela imprensa, imediatamente, autoridades governamentais passaram a dar entrevistas de que medidas seriam imediatamente tomadas.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas medidas foram tomadas, mas como sempre acontece em País sub-desenvolvido, tais medidas foram tomadas contra os interesses do produtor. E o que vemos hoje, é que enquanto os bancos estatais, Banco do Estado do Paraná e Banco do Brasil, estão prorrogando prazos para que o produtor devolva o dinheiro que ele obteve com sua produção, numa situação “sui generis”, a juros de 15% ao ano, para recebê-lo, posteriormente após se habilitar nas firmas concordatárias com juros de 12% mais despesas com advogados e custas judiciais e que nem esse pequeno benefício patrocinado ao nosso homem do interior, vem sendo dado por parte de alguns bancos particulares.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na cidade de Francisco Beltrão, o Banco Real está cobrando judicialmente, inclusive a Cooperativa daquela cidade. E essas cobranças estão trazendo e trarão, consequências verdadeiramente catastróficas.

A atitude dos banqueiros brasileiros nos traz mais uma vez a esta tribuna para pedir que se estatize esses verdadeiros tubarões que estão a comer o pão que o povo produz.

Infelizmente, Srs. Deputados, o grave problema nacional não é levado na devida conta.

Este é um País que antes de ser comandado por militares, é governado por banqueiros.

Por isso, nesta oportunidade, voltamos à velha tese de que os bancos particulares devem ser, imediatamente, estatizados, para que não ocorra o que está ocorrendo agora, quando os bancos particulares estão, novamente, a sugar o suor do povo brasileiro, e mais especialmente, do povo paranaense.

Em função disso, Srs. Deputados, estamos requerendo a esta Casa para que seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado, no sentido de que sejam feitas gestões junto as autoridades financeiras do Governo Federal para que sejam sustadas todas e quaisquer cobranças das notas promissórias rurais dos produtores - e que, ao mesmo tempo, se tomem providências para que os bancos venham a se habilitar, pelos valores das notas promissórias rurais, diretamente junto às concordatárias.

Porque não é possível admitir, Srs. Deputados, que se queira que cada um dos colonos que vendeu o seu porco, que vendeu o seu boi aos frigoríficos falidos, tenha que contratar advogado para acionar aquelas empresas que, muitas vezes, até fraudulentamente, pediram concordata. Que o banco o faça. E, nesta oportunidade, pedimos que o Governador do Estado interfira para resolver definitivamente uma situação que está levando ao desespero uma população que já sofre com os efeitos de uma estiagem e que talvez esteja sofrendo muito mais pela falta de leis que o protejam e com a presença de leis que só beneficiam os magnatas desta terra, os tubarões que são os banqueiros.

Era só, Sr. Presidente - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em setembro de 1977, a Associação Comercial de Maringá apresentou uma moção, na reunião das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu, entre tantas outras, solicitando que daquela reunião fossem expendidas circulares aos Poderes Constituídos deste Estado, para que novas linhas de ônibus fossem autorizadas através de concorrência e situando-se a que detém as atuais linhas entre as cidades de Maringá-Londrina, Maringá-Curitiba e Maringá - São Paulo.

Recebemos esta moção em nosso gabinete e apresentamos à deliberação desta Casa um requerimento que, apoiado por unanimidade, foi encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; pedindo então que estas providências fossem tomadas. Ontem, e datado do dia 27 de abril do corrente ano, recebemos a resposta do DNER. Que diz em seu segundo tópico, a este respeito - naturalmente a respeito das novas linhas de ônibus:

“Cumpro informar que recentes estudos procedidos pelo setor competente deste órgão, Ministério dos Transportes, revelaram índice satisfatório de atendimento do mercado de passageiros entre aquelas duas cidades. Proporcionado pela atual empresa permissionária, não evidenciando, no momento, a necessidade de abertura no processo seletivo destinado a adjudicar os serviços daquela ligação a outra firma, para exploração conjunta com a já existente”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é a primeira vez que este Deputado vem à tribuna e está Casa aprova seus requerimentos, solicitando melhor atendimento, no que diz respeito ao transporte de passageiros de Maringá para outros centros. Recordamo-nos, perfeitamente, de um outro requerimento de nossa autoria, solicitando melhoria no transporte coletivo entre Sarandi, Município de Marialva, mas hoje pertence ou está agregado praticamente, à Maringá, e Maringá, que é feito com o transporte intermunicipal. E a resposta que recebemos foi a mesma, que as recentes pesquisas dão como satisfatório o atendimento, quando, na verdade, a população de Sarandi fica quase que impedida mesmo de deslocar-se até o Parque Industrial de Maringá, para trabalhar. Porque os ônibus que atendem aquela linha não satisfazem aquelas necessidades.

Nos percursos que nós requeremos em 16 de novembro, o mesmo acontece. Conosco mesmo, tem acontecido de, estando em Maringá e precisando voltar à Capital do Estado, procura-se passagens e não se consegue. Tem que reservá-las com dois dias de antecedência. E quase sempre a resposta do homem do guichê é que poderá acontecer que saiam ônibus extras.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é inadmissível que os órgãos oficiais, principalmente o DNER e o DER do Paraná, continuem dando respostas evasivas a esta Casa e permitam o monopólio de uma empresa fazendo estes percursos. A campanha encetada pelo próprio Governo, para que o povo utilize ônibus, para que o povo não faça viagens com seus carros particulares para economia de combustível, está a exigir uma maior atenção, portanto, deste mesmo Governo, em relação às empresas que detêm, em certos percursos, o monopólio para o atendimento à população.

Esta resposta do DNER é mais uma prova de que deve haver outros e grandes interesses, que não o atendimento à população que se serve das linhas de ônibus Maringá/Londrina, Maringá/São Paulo e Maringá/Curitiba.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dois assuntos de ordem administrativa da Casa, trazem-me

à tribuna; talvez fosse mais recomendável tratar pessoalmente com a Comissão Executiva, mas, prefiro fazê-lo da tribuna, para que a Casa tome conhecimento.

Em data de 29 de março de 1978, o Plenário desta Casa aprovou um requerimento de autoria do nobre Deputado Enéas Faria, convocando o Sr. Secretário da Segurança Pública para prestar esclarecimento ao Plenário desta Casa.

Sr. Presidente, o assunto, em que se requereu convocação do Secretário da Segurança, foi assunto que chocou a opinião pública do Paraná; o retardamento desta medida, faz com que o requerimento perca o seu objetivo; em assim sendo, eu requero de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com base no artigo 24, números 17, 21 e 23 que V. Ex.<sup>a</sup> fixe a data de quinta-feira próxima, para a convocação do Sr. Secretário da Segurança.

O outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com referência ao problema das sessões extraordinárias da Casa.

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, após esta sessão, convoque as Lideranças da Casa e os Srs. Deputados, para, de comum acordo com a Executiva, se tome uma deliberação a respeito da nova sistemática adotada pela Casa, porquanto, um desentendimento que talvez a Comissão Executiva não esteja sabendo, vem criando sérios dissabores para alguns dos Srs. Deputados e, parece, que a interpretação da sistemática adotada está tendo duas versões. E eu julgo conveniente de que a Executiva, de comum acordo com as Lideranças, esclarecesse este problema, porquanto ele pode gerar outros comportamentos ou outras atitudes que, em absoluto dizem respeito ao andamento cordial e cavalheiresco entre os membros desta Casa. Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, que considere este aspecto, porque é bem possível que o retardamento na disciplinação ou na fixação de uma norma que toda a Casa tem o mesmo entendimento quanto às sessões extraordinárias, possa causar sérios dissabores não só para a Comissão Executiva, como para os Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa o eminente Deputado Nilso Sguarezi.

Primeiro: não compete à Presidência, convocar um Secretário de Estado, a atribuição é da 1.<sup>a</sup> Secretaria, e a Presidência não tem elementos em mãos, para informar ao Sr. Deputado sobre a troca de correspondências entre este Poder representado pelo Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário e o Sr. Secretário da Segurança Pública, do Estado do Paraná.

A Presidência leva em consideração a solicitação de Sua Excelência o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que solicita a fixação de data da próxima quinta-feira, para que S. Ex.<sup>a</sup> compareça a esse Plenário e pessoalmente, a partir desse momento, fará os contatos com o Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, providências, repito, regimentalmente são de competência do Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário.

Quanto à reunião solicitada pelo eminente Deputado entre as lideranças dos Partidos e os Deputados interessados no assunto, das Comissões Técnicas deste Plenário, fica convocada uma reunião para logo após a realização dessa sessão, na sala da Presidência, anexa a esse plenário.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A estiagem que ocorre no Paraná, parece ser a complementação de uma das apoteoses do grande castigo que se iniciou neste País, há 12 anos mais precisamente, verdadeira taça apocalíptica está sendo jogada neste País, enquanto o festim de nomeações, o casuísmo mantido pelo supremo do poder desta Nação, faz proliferar a desagregação política e a decepção das classes laboriosas do Brasil.

Parece que Deus, na Plenitude de Sua bondade, manifesta-se contra a iniquidade desse sistema de governo. São os lavradores que abandonam a terra, um êxodo rural caracterizado



destes últimos tempos, só em 1929 aconteceu o fato que hoje está repetindo e se analisarmos, era aquele ano, também um ano político de conturbação nacional, o operário que está vivendo só Deus sabe como.

Parece-me que operário brasileiro está cumprindo o fuximio pregado por esse sistema que fez questão e afirmou por muito e muito tempo o milagre brasileiro. E está aí o milagre, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O operário com menos de Cr\$ 1.300,00 por mês, porque isso é o que lhe sobra, agora quando houve o reajuste salarial. Tem que fazer face à despesa de subsistência de sua família, as obrigações necessárias para a subsistência de sua prole. Pagar as tarifas que violenta e inconsistentemente aumentam para o seu transporte do trabalho para sua meia-água e da meia-água para o trabalho. Está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os departamentos de Governo que consomem verbas altíssimas para se movimentar no atendimento social de seu povo, como é o caso da Secretaria de Bem Estar Social do Paraná, que, na realidade, não tem servido para outra coisa senão fazer política como tem feito também a Secretaria de Saúde, que, em época de eleições, farejam os quatro cantos do Paraná, levando os diplomas de parteira; levando remédios para distribuição a quem não está doente; levando a propaganda política arrancada da miséria e sofrimento do povo paranaense.

Está aí, Sr. Presidente, índice de delinquência; está aí o índice de delinquência dos mais violentos, ocorridos em toda história deste Paraná; são marginais que ceifam vidas de policiais, são policiais que aplicam extorsão sobre o povo; e, agora, recentemente, numa das cidades próximas de Curitiba, uma das cidades integrantes da grande Capital do Paraná, policiais ou não policiais, mas, assim se denominavam, alcançaram a casa de humilde lavrador, violentaram-no, pressionaram-no e arrancaram desse trabalhador de mãos calejadas e de sua família, quase cem mil cruzeiros, que representavam sua economia.

Estão aí os jornais recheados dos atos apocalípticos que denunciemos; está aí o sistema prendendo e, prendendo se faz, cada dia mais, a liberdade do povo brasileiro.

Há dois ou três dias assistimos a um festim, cujos convidados, para ser mais preciso, eram intimados a comparecer para receber com foguetes; os carros de praça se movimentaram com bandeiras e bandeirolas; e, a cidade viu, aproximadamente cinco, seis mil pessoas; caminhões de empresas transportando seus próprios operários, a mando do Poder, para bater palmas a um Governo que ainda vai assumir daqui um ano, e que não é Governo escolhido pelo povo. É um Chefe, um donatário de capitania, porque teve como legado a Capitania do Paraná.

É o professor deste Estado, recebendo Cr\$ 1.300,00, por mês, sob a ponta da espada política, que apareceu também para bater palmas ao escolhido do poder.

É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma taça apocalíptica que só falta completar com a onda de gafanhotos para complementar essa desgraça social que avassala, que humilha, que deprime, que denigre esta Nação. E o nosso Estado, também, sofre isto. É a tristeza que invade o povo brasileiro, é a decepção que arranca lágrimas do coração do paranaense, e só Deus sabe o que poderá acontecer mais...

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — ... porque quando o Governo se move pela iniquidade, os governados deixam de receber a proteção de Deus; quando um Governo entende ser poderoso, deve a instrumentação básica da democracia, porque, primeiro, nasceu o povo, para depois nascer o Estado.

Cabe ao povo escolher aqueles que dentre si mais estejam em condições de governar e dirigir o patrimônio que a ele pertence e que é o Estado. E não a violência, e não o casuismo e não a força, e não isto que está acontecendo neste País.

O Brasil é uma Pátria de Deus. Prova disso é que os brasileiros toleraram e estão de pé, ainda, nestes 14 anos de

miséria. E achar que através dos tributos, dos mais violentas, de portas de hospitais, o aspecto macabro e constante da fila de horror; irmãos descalços, doentes e maltrapilhos vindos dos cantos de produtividade desta Nação, principalmente da lavoura e do cabo da enxada.

E assim, Sr. Presidente, se verifica que o castigo está também vindo do céu. Está aí a estiagem. Os rios secando, as matas que não existem desaparecendo; as águas para o consumo das grandes cidades sendo racionadas. E dentro de poucos dias, ria quem tem a satisfação de rir com a miséria de um povo; riam aqueles que encontram no caudilho a segurança de um poder que cairá; ria-se aquele que imagina que o seu estômago alimentado é o bastante, enquanto os seus irmãos morrem de fome; riam-se aqueles que se acham seguros.

Porque esses riam da miséria e do sofrimento e do sacrifício e das lágrimas de 9 milhões de paranaenses.

E os Senhores, com o devido respeito a uma grande maioria da liberal bancada representativa do Governo nesta Casa, alguns riam. Alguns têm rido da desgraça social quando batem e anunciamos ao Paraná e às vezes e por muito tempo deixamos de vir a esta tribuna, porque só aqui vimos para ver com tristeza esses acontecimentos. Mas quando vimos, vimos para falar com o coração e com o sentimento e vimos para acordar do sono latente aqueles que são responsáveis pelo Governo deste Estado.

Uma mudança de sentimento; uma mudança que eu mude talvez de posição de queixa, descer para a posição do labor ao seu semelhante.

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? —

(Assentimento) Nós emocionados realmente rimos para não chorar. Porque rimos de alegria, nobre Deputado. E neste ano eleitoral em que costumeiramente os parlamentares, os políticos da Situação ouviram da tribuna oradores ilustres como V. Ex.<sup>a</sup>, dizer da inoperância do Governo; dizer das más qualidades dos Governadores escolhidos, indicados; dizer do que o governo deveria fazer no setor de escolas, no setor de asfalto, no setor de assistência social. E rimos de alegria, nobre Deputado, ao ver que nem mesmo Lúcio Machado, o grande orador, encontrou argumentos para, na tribuna, compor o seu discurso, o seu pronunciamento. E ter que acusar o destino da Nação; ter que acusar a Cristo Jesus por não chover, por não ter argumento para onde acusar o Governo do Estado. Realmente, se a Arena é a responsável pela seca, então este é um mau governo. Este momento é de alegria, Sr. Deputado, para nós arenistas e para o Governo brasileiro, porque mesmo com a seca, este Estado e este Brasil haverá de sobreviver porque temos certeza, que temos através deste Governador, Canet Júnior e Ney Braga, um dos maiores e mais honestos administradores que a Nação já viu falar.

Agradeço o aparte, nobre Deputado, e quero que V. Ex.<sup>a</sup> um dos ilustres colegas meus, não faça da desgraça do povo, neste momento, realmente que devemos chorar com eles, chorar juntos, porque a seca é para todos nós, mas que não seja da desgraça de um povo, um argumento a ser usado da tribuna, porque geralmente as oposições, quero crer, e não a Oposição do meu Estado, elas que sabem fazer oposição como V. Ex.<sup>a</sup>, venha a fazer da desgraça de um povo, argumentos da tribuna para composição de um discurso.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Quilse Crisóstomo, ninguém, e muito menos este Deputado, que se honra acima de tudo, em oportunidade tão triste para a Nação e para o Paraná, pertence ao Partido da Oposição. Ninguém pretendia dizer daqui, sobre desonestidade de governo, como nunca dissemos, por não ser de nosso feitio, e muito menos, e muito mais, por não fazer parte de nosso sistema de análise, nós apenas dissemos e confirmamos, que não poderá existir governo inteligente, sábio e capaz, se não for escolhido pela vontade do

povo; não existirá governo inteligente, de produtividade e revestido de sabedoria, se este governo não foi instituído dentro de um sistema democrático.

Não poderá existir governo capaz da resolução dos problemas dos seus governados, se não existir sindicatos livres onde haja a manifestação das classes, pelos seus direitos, onde não haja o diálogo de povo com governo, como tem ocorrido neste País.

Mesmo um governo revestido do máximo de honestidade, não há forma para haver progresso, para haver paz, para haver honestidade, para haver honradez, mesmo que haja firmeza de propósito do governante. E é por isso que a sábia estrutura da democracia, faz escrever no primeiro ítem de nossa Constituição, de todas elas, até mesmo da atual, retalhada pelo casuismo, o Poder emana do povo, e só em seu nome deve ser exercido.

Se V.Ex.<sup>a</sup> acredita ou não, a mim não importa, mas quero declarar solenemente a este Plenário e ao Paraná, eu acredito nas histórias bíblicas, porque elas são a formação básica de toda a história do mundo. E a bíblia afirma em determinado ponto; a bíblia conta em determinados trechos históricos, a bíblia tem escrito em determinado ponto de sua caminhada; que toda iniquidade de governo provoca a ira de Deus. E aí está a ira de Deus.

Aí está a ira de Deus que este tipo de Governo faz. É o professor recebendo hum mil e trezentos cruzeiros por mês; é o operário recebendo hum mil e trezentos cruzeiros por mês; é o lavrador abandonando a terra, porque o seu suor sagrado é ceifado pelo próprio Governo, através do Banco do Brasil.

É o transportador que encosta o seu caminhão, porque não pode mais comprar pneu; é o automóvel que se encosta porque não tem condições de se movimentar devido a alta do preço de manutenção; é tudo que se paralisa porque o povo brasileiro não tem o diálogo com o seu Governo.

Nem mesmo nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que somos os representantes do Paraná neste Parlamento, representantes de nove milhões de paranaenses, temos condições de dialogar com o Governo.

Tudo que dissemos aqui, tudo que denunciemos aqui, tudo que mostrando como claridade para abrir este manto negro de desgraça social. Não sai daqui destas quatro paredes; permanecem aqui nos Anais da Casa, talvez para ser registro historicamente daqui há oitenta ou cem anos, do futuro.

De que vale para nós Sr. Presidente, Srs. Deputados, sentir que temos nos ombros as responsabilidades que vinte, trinta mil paranaenses nos deram, no conjunto de quase soberania de apreciação, de que vale para nós saber que somos apenas cinquenta e quatro homens que representam este Paraná inteiro com nove milhões de paranaenses?

De que vale para nós, sentirmos de que estamos revestidos de uma prerrogativa de usar desta tribuna, para falar o que o nosso povo queria falar ao Governo?

De que vale para nós, calar e não ser ouvido por ninguém?

É a decepção, é a tristeza. É a mágoa, é a insatisfação, é a desonra de ser até integrante da vida pública de uma Nação que chega ao ponto de nomear senador biônico? Nem no tempo do Império isto aconteceu; neste Brasil do ano dois mil, o dono do Poder, o todo Poderoso, Senhor, Mandante e Mandatário, e chefe supremo de forças e de não forças. Nomeia aquele que lhe seja mais bonitinho, mais carinhoso, mais bajulador. Não importa a sua qualidade; não importa o seu "currículo", não importa o seu passado, não importa a sua capacidade. Imposta sim, a sua habilidade de bajulação. A sua interação de um poder infernal.

As lideranças que não existem; os homens que saíram há dez anos, voltando, para assumir o mesmo posto, o mesmo barco, com os mesmos passageiros, os mesmos capitães capitaneando, os mesmos rumos. Se não fosse o empobrecimento

generalizado do povo paranaense e do povo brasileiro não estaria aqui a Oposição a cobrar, não se sabe de quem, este procedimento iníquo, este procedimento avassalador, esse procedimento de paternalismo de hierarquia, provocador, mantenedor, da miséria social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vi na minha região, nestes últimos dias, região das mais produtivas do meu Paraná, com tristeza, com lágrimas nos olhos, com sentimento, o desaparecimento do povo trabalhador de forma violenta. São famílias inteiras que largam a bendita terra produtiva daquela região e vão em busca das grandes cidades, aumentando assustadoramente as favelas, os mocambos.

É triste, é horrível, é denegrante, é humilhante para o homem público saber que, enquanto tudo isso acontece de forma violenta, os nomeados do poder, os escolhidos da majestade, os caudilhos da sorte, são recebidos com foguetes, com rojões, comprados talvez com uma pequena parte de empréstimo feito no Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, porque vi muitos empresários com seus caminhões, recebendo o governo nomeado, o príncipe escolhido que assumirá daqui um ano.

É para mim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vergonhoso, humilhante, imperdoável, ações dessa natureza.

Eu que vi o Estadista de saudosa memória, o maior Estadista que o mundo já teve, meu patrono político, de quem recebo entusiásticas aulas de dedicação, através da dedicação trabalhista de proteção ao trabalhador; eu que vi Getúlio Vargas ser recebido nos braços do povo, por algumas vezes, como estadista de fato, não posso admitir que aconteça o que, na oportunidade, aconteceu, seja uma festa do povo. Foi uma festa de uma oligarquia determinante, de um poder sobrejamente seguro, que não está se importando com a miséria do funcionário público do Paraná; que não está se importando com a miséria do trabalhador do Paraná; que não está se importando com a miséria do lavrador paranaense; que não está se importando com a pobreza que assola sessenta por cento da população do Paraná.

Sr. Presidente, faz dois ou três meses que não venho à tribuna.

Não porque tivesse medo de vir; não porque tivesse querido fugir de minha responsabilidade de parlamentar; não porque quisesse me calar, para ficar no cômodo da cadeira de meu gabinete; não que quisesse me assegurar de qualquer preocupação do debate. Deixei de vir porque todas as vezes que vim à tribuna, vim para denunciar fatos que exigem correções.

E, hoje, volto à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para denunciar fatos que envergonharam Curitiba, que envergonharam o Paraná, com uma festa que não foi festa do povo.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Deputado, todavia o tempo que regimentalmente lhe é reservado já se esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Termino, Sr. Presidente.

Estas e tantas outras minhas palavras, que fizeram pronunciamentos desta tribuna e deste Parlamento, serão verificadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se sabe se daqui há dez, vinte, trinta ou cem anos, o importante é que elas permanecerão nos Anais desta Casa e hão de permanecer no Cosmos, para que sejam ouvidas pelo próprio Deus, pelo próprio Senhor, do Céu e da Terra, daquele Supremo que está desde o átomo até os astros, porque a sua indignidade, o sistema de Governo que se instalou neste País, está concretizado pelos inúmeros castigos ocorridos nos últimos anos.

Neve, geada e seca, são a manifestação do próprio Deus, contra os atos de maldade dos atuais Governos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem

a imensa satisfação de registrar neste Plenário a presença do Sr. Albino Bissoletti, Digníssimo Prefeito Municipal de São Miguel do Iguçu. Da mesma forma com que registra a presença do Vereador Olivo Santim, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena e do Reverendo Padre José Bachs, líder comunitário de Missal.

Consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja ocupar os quinze minutos regimentalmente cedidos à bancada do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar o horário regimentalmente destinado à sua bancada.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — A bancada da Arena declina, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Antes de votar a matéria, a Presidência, para conhecimento do Plenário e do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, e para conhecimento da imprensa, lê o contido no Artigo 92, do Regimento Interno: "Nos termos do Artigo 22, da Constituição, a Assembléia e suas Comissões podem convocar, por deliberação da maioria de seus membros, qualquer Secretário de Estado para prestar informações sobre questões prévias e expressamente determinadas, atinentes a assuntos da respectiva Secretaria.

§ 1.º Resolvida pela Assembléia, ou por qualquer de suas Comissões, a convocação de um Secretário de Estado, serão imediatamente designados dia e hora para a audiência do mesmo."

Todavia no:

"Parágrafo 2.º, ao Secretário convocado será expedida comunicação mediante ofício firmado pelo 1.º Secretário, com a menção do dia e hora em que terá de comparecer e com a declaração do objeto das informações pedidas."

A Presidência, respeitosamente, solicita do Sr. 1.º Secretário, Deputado Quielise Crisóstomo, tome as providências de conformidade com o que, regimentalmente, dispõe o Artigo 92.

Está atendido, portanto, o que da tribuna solicitou e requereu o eminente Deputado Nilso Sguarezi.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 09/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que denomina "ANITA LOPES CANET", o Hospital Regional da cidade de Cascavel, construído na referida cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar à votação) — Sr. Presidente, eu apenas desejava uma informação, se a Mesa puder me prestar: a data de entrada deste projeto?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa e concederá a V. Ex.ª, informações outras.

Projeto de Lei, lido no expediente, a 6 de março de 1978, com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, exarado a 20 de março de 1978.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, não havia, na Casa, anteriormente a este, um outro projeto de lei no mesmo sentido?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não pode precisar, mas poderá, atendendo V. Ex.ª, determinar à Divisão das Comissões, que presta a informação solicitada por V. Ex.ª.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu posso estar enganado, Sr. Presidente, mas me parece que existia, na Casa, anteriormente, e a pessoa homenageada aqui faleceu e não muito tempo.

Parece-me existia na Casa um projeto de lei que deu entrada na Casa quando a pessoa ainda em vida.

Por isso, indagaria se V. Ex.ª, tem condições de consultar a Casa sobre a existência desse outro projeto de lei.

Senhor Presidente, baseado nesse fato, eu consultaria à Mesa se há condições de adiar por uma sessão, a votação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência só tem um caminho regimental. Regimentalmente, a matéria em fase de votação não poderá ter adiamento em votação. Todavia, em se tratando de primeiro turno, caberia a V. Ex.ª, na sessão de amanhã, quando na fase da discussão, no turno de 2.ª discussão, solicitar o adiamento da votação, por tantas quantas sessões desejar V. Ex.ª. A Presidência consulta se V. Ex.ª regimentalmente estaria satisfeito com a solução.

Em votação — Projeto de Lei n.º 9/78 — de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell. — **APROVADO.**

A Presidência deseja mais. Solicita da Divisão das Comissões, preste à Presidência, com tempo hábil para a sessão ordinária de amanhã, a informação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para que a Presidência possa, ao anunciar a discussão em turno de segunda, antecipar ao eminente Deputado, a informação sobre se há proposição denominando o quadro estadual homenageando outra figura da vida paranaense.

**EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º

16/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que autoriza o Poder Executivo denominar de "ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI ENSINO DE 2.º GRÁU", a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/78, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MEMINO DEUS — ASEMD", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, somente para ordenar a Ordem do Dia para a próxima sessão, pergunta às notas taquigráficas, se a Presidência havia concluído a votação do Projeto de Lei n.º 21/78?

(O Serviço de taquigrafia confirma a aprovação)

A chamada nominal requerida pelo Sr. Deputado Domício Scaramella será deferido pela Presidência, ficando na pauta, ainda, sujeito à deliberação do Plenário, a proposição que visa conceder licença, para tratar de assuntos particulares, por período de vinte dias, requerida pelo Deputado Aragão de Mattos Leão.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal, 33 Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento de autoria do Senhor Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, solicitando 20 (vinte) dias de Licença para tratar de assuntos particulares. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando retificação da Ata dos trabalhos desta Assembléia, do dia 25 de novembro de 1.977. — Defiro. — À Divisão da Ata, para fazer a retificação.

A Presidência vai deixar de ouvir o Plenário e vai despachar por ofício.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rubens Mendes, funcionário desta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Padilha Mendes, funcionário desta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Aguinaldo

Pereira Lima e Jurandir Messias, constantes do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rubens Padilha Mendes. — Aprovado.

No mesmo sentido, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

A Presidência pede a autorização dos eminentes Deputados, autores dos presentes requerimentos, para também subscrevê-los e solidarizar-se com o pesar manifestado pelos eminentes Srs. Deputados, pelo passamento de um funcionário desta Casa, Rubens Padilha Mendes, que prematuramente deixou o convívio desta Casa, abrindo nos quadros deste Poder uma lacuna que dificilmente será preenchida, já que era dotado de um espírito de profundo valor humano e sempre colocou a sua inteligência e o seu acendrado amor à causa pública a serviço do Estado do Paraná e em especial à Assembléia Legislativa do Estado.

Em votação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Nery Carneiro de Nápoli. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Brasília Vicente de Castro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Cláudio Pedro Rosa, ocorrido tragicamente, na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Souza Pedrosa Júnior, ocorrido na cidade de Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 01/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos membros da Casa do Expedicionário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Ordem dos Advogados do Brasil, e ao Conselho da OAB — Seção do Paraná, pela realização nesta Capital, da VII Conferência Nacional da OAB. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, reiterando solicitação no sentido de que seja instalada rede telefônica nos Distritos de Guaporé e Diamante, no Município de Guaraniaçu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Ordem dos Advogados do Brasil, pela realização, nesta Capital, da VII Conferência Nacional da O.A.B. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a ampliação da Escola Manoel Ribas, do Município de Mariluz, com a construção de salas de aula e mais dependências. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secre-

tário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de salas de aula na Colônia Rodrigues, situada na estrada do Cerne, em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Hospital Paranaguá, na pessoa do seu presidente e principal idealizador, Doutor Carlos Eduardo Lobo, que juntamente com uma plêiade de profissionais, inaugurou aquele estabelecimento naquela cidade litorânea.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao E.C. Pinheiros, na pessoa de seu Presidente, pelo surgimento do "Pinheiros Jornal".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando o acesso asfáltico da PR-180, Francisco Beltrão-Foz do Chopim—BR-373, à cidade de Dois Vizinhos.— **Aprovado.**

Esta matéria será juntada a requerimentos que a Presidência já encaminhou ao Sr. Secretário dos Transportes.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz,

constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo gestões junto às autoridades financeiras do Governo Federal, no sentido de que sejam sustadas as cobranças das notas promissórias rurais pela rede bancária, bem como, de que os Bancos possam se habilitar diretamente nas concordatas requeridas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que se digne determinar estudos visando a instalação de telefone público na Vila Zaniolo, Município de São José dos Pinhais.— **Aprovado.**

A Presidência, atendendo solicitação da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, lembra aos Srs. Deputados, para a reunião que se realizará na Sala da Presidência contígua ao Plenário, ao término desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 09, 16, 18 e 21/78.

Levanta-se a sessão.